



projecto segunda fase

# PRISÕES HUMANAS

Um projecto-piloto da HUMANA GLOBAL

# Projecto Prisões Humanas 2.<sup>a</sup> Fase

Coimbra, 2005/2006

<b>04</b>	<b>20</b>
1.1. Apresentação da 2.ª Fase do projecto	Adaptação dos imigrantes à realidade prisional portuguesa
<b>04</b>	<b>24</b>
Descrição	Prevenção da discriminação negativa face a não-nacionais
<b>06</b>	<b>27</b>
Objectivos	Treino de competências pessoais e sociais
<b>07</b>	<b>31</b>
Resultados esperados	Conclusão – Prisões Humanas II
<b>08</b>	<b>33</b>
Fundamentação – Prisões Humanas II	Anexos – Proposta de Actividades
<b>14</b>	
Módulos	

# 1 Continuidade

**1.1. Apresentação da 2.<sup>a</sup> Fase do projecto****Descrição**

Este projecto, “Prisões Humanas II”, pretende ser uma mais valia de todo o trabalho desenvolvido nas prisões ao nível da “educação” da população prisional, afecta ao projecto “Prisões Humanas”, ou seja, EPRA, EPRC e EPC. A nossa proposta surge de uma necessidade existente na comunidade prisional respeitante a uma política de prevenção e de alteração de padrões de pensamento e actuação que predita determinados comportamentos criminais. A nossa proposta de intervenção resulta de vários estudos elaborados relativos a programas de intervenção e prevenção adequados à população prisional e das necessidades percebidas pela equipa do projecto anterior.

A abertura proposta pela promulgação da Lei-Quadro do Sistema Prisional abre uma porta a estratégias de intervenção definidas pela concepção de intervenções directamente relacionadas com a promoção de uma cultura/sociedade de igualdade e a identificação de pontos críticos no domínio de intervenção estratégica junto de públicos-alvo definidos e caracterizados por um conjunto de particularidades que reforçam a necessidade de uma orientação estratégica de intervenção por objectivos.

<sup>1</sup> Anexo 13 – Projecto Prisões HUMANAS 2.<sup>a</sup> fase

O projecto “Prisões humanas II” acenta em 3 vectores:

- Sensibilização,
- Educação,
- Investigação.

No domínio da Sensibilização, as acções incidirão preferencialmente sobre as seguintes áreas: promoção da cidadania, altruísmo e comportamento Pró-social em contexto prisional, consciencialização para a igualdade de direitos, valores e crenças entre cidadãos e culturas, consciencialização para a igualdade de direitos, deveres e liberdade para pessoas de diferentes estratos sociais.

No domínio da Educação, este projecto pretende promover a vida em sociedade. Educar os reclusos para a vida enquanto pessoas inseridas numa sociedade com regras e valores próprios, assim como, para uma maior tolerância e respeito às diferenças culturais. Os instrumentos de educação passam pela instrução cívica e pessoal, pela informação directa através de brochuras, folhetos, manuais, pela consciencialização da importância das relações interpessoais nas nossas vidas.

No domínio da Investigação, dar-se-á continuidade ao trabalho previamente desenvolvido pelas colegas, dada a sua pertinência e uma vez que não houve possibilidade de concluí-lo. Tendo em conta, também, que foi uma investigação sugerida pelas técnicas da DGSP e dos Estabelecimentos Prisionais.

O trabalho elaborado parte de uma base científica, centrado nas seguintes vertentes: no âmbito da relação social; em metodologias de intervenção para a reinserção profissional com vista à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; e na orientação para estratégias inovadoras de promoção da inclusão social das reclusas no tecido social e profissional.

## Objectivos

Promover acções de sensibilização para reclusos e reclusas e comunidade em geral, nomeadamente acções que visam uma maior responsabilização cívica e familiar.

Consciencializar os reclusos/reclusas para os seus direitos e deveres de cidadania, de modo a desenvolver uma relação harmoniosa com o meio social envolvente.

Accionar mecanismos de desenvolvimento de outras perspectivas pessoais e sociais face ao cometimento criminoso, prevenindo desta forma o comportamento recorrente.

Aumentar o nível de empenhamento social e familiar, através do aperfeiçoamento do comportamento Pró-social e desenvolvimento de atitudes altruístas

Promover a tolerância entre pessoas de diferentes etnias e culturas, através da preparação de dias festivos alusivos às especificidades culturais de cada país/ região.

Desenvolver um manual metodológico para a orientação estratégica de desenvolvimento de acções de intervenção em meios prisionais.

## Resultados esperados

Compreendendo o encarceramento como resultado de uma série de fendas existentes no tecido familiar, social e institucional de cada indivíduo, defendemos também que o tratamento das mesmas, passa pelo trabalho multidimensional, i. e., pelo trabalho com as várias dimensões existentes na vida de cada um. Deste modo, com esta intervenção pretende-se a sensibilização dos reclusos(as) para os pequenos vectores da sociedade civil e prisional, nomeadamente vectores que tocam as relações entre recluso(a) – reclusos(as), recluso(a)-sociedade, recluso(a)-família.

Passada a primeira fase de projecto Prisões Humanas, onde se pretendeu promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e combater a violência na família e sobre a mulher, nesta segunda fase do projecto pretende-se uma prática activa de cidadania, que passa pelo cumprimento das leis, pelo inculcar das responsabilidades sociais e pelo inculcar de boas práticas de relacionamento interpessoal, fulcral para uma inclusão social eficaz.

Como objectivo primeiro e último, e até o mais desafiante, espera-se através das boas práticas e técnicas aplicadas sobre os temas em questão, aumentar os níveis de consciencialização e responsabilidade pessoal, combatendo deste modo os níveis de reincidência criminal.

**Fundamentação**  
**– Prisões**  
**Humanas II**

“Em termos puramente direccionados para o sistema prisional e o que a comunidade dele deve pretender, a resposta não está na diminuição nem no agravamento das penas, mas sim, em que estas sirvam para alguma finalidade positiva, não se diluindo, curtas ou longas, na inutilidade dos dias que passam. É a este nível, na disponibilização de meios para um serviço público de qualidade, que a administração penitenciária pode, simultaneamente, reduzir a pressão que a comunidade exerce sobre si e mais bem responder ao que dela se espera. Assim se permite, numa perspectiva punitiva, o adequado castigo proporcionado à culpa e às condições específicas

do agente. Numa outra perspectiva, a reintegradora, a única que, mais esperançosa no futuro, permite uma real prevenção, também assim se conciliará a execução da pena com as necessidades de um ser de carne e osso e não de uma abstracção que ninguém verdadeiramente pode encontrar.”

Relatório do Provedor de Justiça, 2003

“O elemento comum das grandes sistematizações contemporâneas é o factor psicológico considerado como um traço de união entre o factor biológico e o factor social” (Pinatel, 1975). De facto, é impossível conceber a causalidade de um fenómeno tão complexo como o crime só através de uma ordem de factores, sejam eles biológicos ou sociais, sem lhe acoplar a dimensão psicológica.

A investigação disponível até ao momento é, todavia, consistente na apresentação de várias constelações:

O comportamento agressivo e anti-social na infância é preditivo, com muita frequência, do comportamento anti-social e violento do adulto;

Algumas características fisiológicas podem predispor o indivíduo para ser mais ou menos agressivo, marginal mas tais predisposições são em grande medida modeladas pelo ambiente em que a cada um é criado. As atitudes, as crenças e os valores acerca da violência produzem uma influência considerável no comportamento violento.

**“As grandes linhas de força já delineadas em 1996 permanecem por cumprir. As que carecem de importante investimento na criação das condições materiais e humanas para a disponibilização de um sistema penitenciário que ultrapasse o carcerário, num sentido mais literal do termo.”**

Relatório do Provedor de Justiça, 2003

Esta constatação permite avançar na senda de algumas medidas preventivas ao nível das comunidades prisionais. Se conseguirmos identificar os comportamentos problemáticos, conseguiremos, de um modo coerente, intervir junto das comunidades prisionais. Assim, poderemos introduzir uma modificação no seu comportamento.

Se é verdade que em muitos aspectos a anti-socialidade tem semelhanças, também é hoje inquestionável que a especificidade cultural e social de uma população é capaz de aplicar muita da sua desviância.

O homem é um ser eminentemente social e o seu comportamento é fruto das interacções que estabelece com o meio que o circunda. Assim, o comportamento resposta de um ser humano é produto da forma como ajusta a sua personalidade às exigências do meio e que evoca as experiências já vividas e o conhecimento maior ou menor do meio em que está inserido.

### **Tabela 1** Reclusos condenados existentes em 31 de Dezembro de 2002, segundo o sexo e os escalões de idade, por crimes

Se atentarmos ao quadro verificamos que a maior parte dos crimes são referentes à adaptação, ou à falta desta, ligada a outras variáveis e aspectos psico-sociais da personalidade (atitudes, inserção e/ou identificação com determinados grupos, papéis, estatutos, normas, valores, etc.) ou ainda em face de problemáticas mais específicas como o caso da migração (Neto, 1985) (vd. Tabela 2).

Crimes	Reclusos						
	Total	Homens			Mulheres		
		Total	16 a 20 anos	21 e + anos	Total	16 a 20 anos	21 e + anos
1	2	3	4	5	6	7	8
<b>TOTAL 2001</b>	<b>9 442</b>	<b>8 731</b>	<b>451</b>	<b>8 280</b>	<b>691</b>	<b>10</b>	<b>681</b>
<b>TOTAL 2002</b>	<b>9 553</b>	<b>8 908</b>	<b>444</b>	<b>8 464</b>	<b>645</b>	<b>10</b>	<b>635</b>
<b>Crimes contra as pessoas</b>	<b>1 803</b>	<b>1 734</b>	<b>44</b>	<b>1 690</b>	<b>69</b>	<b>3</b>	<b>66</b>
Homicídios	1 057	1 008	23	985	49	3	46
Ofensas à integridade física	176	165	7	158	11		11
Violação e atentado ao pudor	331	331	14	317			
Outros	239	230		230	9		9
<b>Crimes contra a vida em sociedade</b>	<b>215</b>	<b>214</b>	<b>12</b>	<b>202</b>			
Incêndio	42	42	5	37			
Outros	173	172	7	165			
<b>Crimes contra o património</b>	<b>3 431</b>	<b>3 333</b>	<b>278</b>	<b>3 055</b>	<b>98</b>	<b>5</b>	<b>93</b>
Roubo	1 404	1 375	164	1 211	29	4	25
Furto simples e qualificado	1 781	1 751	112	1 639	30		29
Outros	246	207		205	39		39
<b>Crimes relativos a estupefacientes</b>	<b>3 967</b>	<b>3 496</b>	<b>105</b>	<b>3 391</b>	<b>471</b>		<b>469</b>
Tráfico	3 804	3 339	102	3 237	465		463
Tráfico e consumo	75	75		75			
Outros	88	82	3	79	6		6
<b>Outros Crimes</b>	<b>137</b>	<b>131</b>	<b>5</b>	<b>126</b>	<b>6</b>		<b>6</b>
Cheques sem provisão	33	32		32			
Outros	104	99	5	94	5		5

\* Inclui 74 reclusos em medidas de segurança, todos inimputáveis em estabelecimentos psiquiátricos prisionais.

## Módulos

- Comportamento Pró-social
- Responsabilidade Social
- Mudança Atitudinal
- Altruísmo

Comportamento Pró-social – duas das ideias da declaração dos direitos humanos, durante a revolução francesa, estão ligados directamente com o comportamento Pró-social (igualdade e fraternidade).

No comportamento Pró-social a acção tem como intenção a situação do “recipiente de ajuda”, o actor não está motivado pela finalidade de obrigações profissionais, e o “recipiente é uma pessoa e não uma organização”.

O nível “geral” de comportamento Pró-social depende muito da situação. No entanto, isto é uma explicação demasiado simplista, porque as variáveis pessoais (ex: género) e as variáveis da comunidade (ex: tamanho da população) são relevantes.

Se as pessoas sentem que estão vulneráveis... é uma questão de confiança se estão dispostas a ajudar ou não. As pessoas que se encontram a cumprir pena, nas instituições prisionais, sentem-se abandonadas pela sociedade. Não têm confiança, por isso são pessoas fragilizadas emocionalmente mas não deixam transparecer essa vulnerabilidade, nas prisões

não convém. Através do comportamento Pró-social e do altruísmo poderemos fazer com que essas pessoas ganhem confiança nelas próprias. O suficiente para se ajudarem a si próprias e os outros. O suficiente para agirem em conformidade com a sociedade.

O comportamento responsável e a intenção de ajudar são conceitos que só são aplicáveis a seres humanos. No entanto, o comportamento moral é o resultado de um processo de evolução que põe constrangimentos nos códigos morais, controlam o comportamento social nos seres humanos (Hinde, 2001).

O que é reconhecido como comportamento responsável depende dos “standards” internalizados do comportamento. Estes “standards” são, parcialmente, baseados na selecção natural e nos settings culturais. A maior parte da população prisional teve uma infância complicada, a maior parte da população prisional viveu, e vive, em bairros degradados onde o tráfico de droga é o meio de subsistência de muitas famílias. Para a criança esse será o seio meio “natural”, é normal que enquanto adulto tenha problemas ao nível do comportamento e de adaptação perante a sociedade.

A modelação do comportamento Pró-social pode ser uma possibilidade de intervenção. A aquisição de novos padrões de comportamen-

tos ao acondicionar o comportamento de outros. Isto ocorre quando um observador imita um modelo cujo o comportamento realizado ainda não estava no reportório do observador.

**Fortalecer ou enfraquecer a inibição de uma resposta que foi apreendida.** O fortalecer de uma inibição ocorre quando um observador percebe que o modelo é punido por um certo comportamento. Esta aprendizagem é relevante para o desenvolvimento de auto-controlo em situações tentadoras. Ex: um estudante ajuda outro durante um exame e é punido pelo professor na presença, de outros alunos. Esta punição contribui para a inibição de comportamento pró-social nos outros alunos.

Por outro lado, **os modelos podem ter um efeito desinibidor, aumentando a probabilidade de ocorrência de certos padrões de comportamento observados nos modelos.** Tal desinibição é esperada que ocorra na área do comportamento desviante: ex: o peão que está à espera na luz vermelha vê outro peão atravessar a rua, como resultado, aumenta a probabilidade de o observador violar as regras de trânsito (Lefkowitz, Blake & Mouton, 1955). É o que acontece nos contextos sociais mais marginais e degradados. Segue-se o modelo, geralmente o pai ou o irmão mais velho.

**Facilitação da concretização de respostas ao informar a pessoa acerca do comportamento apropriado na situação.** Neste caso não é aprendido nenhum comportamento novo, nem há redução de inibição de respostas aprendidas. Em vez disso, o modelo funciona como um libertador para a realização de certas sequências de resposta anteriormente aprendidas (Bandura & Walters, 1963). Exemplo de comportamento Pró-social: um estudante observa que muitos dos outros alunos se dão como voluntários para uma experiência e decide fazer o mesmo (Rosenbaum, 1956; Rosenbaum & Blake, 1955). Deste modo, padrões comportamentais que estão em consonância com as normas sociais são facilitados.

O reforço social é baseado na recompensa e na punição. Na medida em que a aprovação social encoraja o comportamento Pró-social.

Na sequência do comportamento Pró-social irá ser desenvolvido um módulo sobre o altruísmo. Sendo duas temáticas que se aproximam, e para fazer uma adequada distinção entre elas, iremos focar o módulo sobre altruísmo na sua definição e nos seus processos. Processos, esses, que passamos a discriminar: Empatia (preocupação com os outros) – pode levar à razão moral; Culpa – mecanismo emocional que protege as relações interpessoais ameaçadas por algo (Baumeister, Stillwell &

Heatherton, 1994, 1995b); Responsabilidade – baseada no auto-controlo, a nível individual, é entendida como um mecanismo de controlo social ao nível societal (Shlenker, Britt Bennington, Murphy & Doherty, 1994).

“Na verdade, em termos puramente direccionados para o sistema prisional e o que a comunidade dele deve pretender, a resposta não está na diminuição nem no agravamento das penas, mas, sim, em que estas sirvam para alguma finalidade positiva, não se diluindo, curtas ou longas, na inutilidade dos dias que passam.”

Relatório do Provedor de Justiça, 2003

No relatório do Provedor de Justiça subentende-se a necessidade de, acima de tudo, e para além do cumprimento de penas de prisão, sejam elas curtas ou longas, a importância de instruir as pessoas, encarceradas nas nossas instituições prisionais, com as devidas competências sociais, entre as quais o comportamento Pró-social e altruísmo.

**“Esta responsabilidade da personalização do tratamento não existe só para benefício do recluso. É ela mesma a maior esperança que, a prazo, pode ter a Comunidade na não repetição que vulneram a paz social.”**

Relatório do Provedor de Justiça, 2003

Ou seja, a personalização do tratamento do recluso poderá permitir uma mudança de atitudes e hábitos adaptativos. Muitos indivíduos reincidem na criminalidade porque não se adaptam à sociedade fora da prisão. Muito preferem voltar para a prisão do que para o contexto social onde sempre viveram.

A teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1957) proporciona um contributo considerável para a explicação atribuindo a modificação de atitudes e conseqüentemente a expressão dos nossos hábitos adaptativos (a atitude expressa uma forma habitual de nos adaptarmos a um tipo particular de circunstâncias ou situações), quer à pressão social quer a mecanismos cognitivos de racionalização que permitem eliminar as incoerências entre crenças anteriormente defendidas e comportamentos actuais. Insiste-se na adaptação como processo e não como resultado da acção e a sua relação com variáveis como pertença a determinados grupos ou estratos sociais da população, o estatuto ou os papeis que se desempenham.

“Pode-se conceber um comportamento como inadequado se ele não respeita os valores e as normas defendidas no grupo social a que pertencemos ou, mais globalmente, à cultura em que estamos mergulhados” (Gonçalves, Abrunhosa, 2002).

Um indivíduo para ser aceite num grupo deve partilhar as atitudes e opiniões veiculadas por esse grupo. No entanto, há certas atitudes resistentes à mudança, atitudes relacionadas com o antisemitismo, com o moralismo sexual ou os estereótipos raciais (Adorno, Brunswick, Levison & Sanford, 1950). Nestas situações há que distinguir essencialmente os grupos

de pertença e de referência (Newcomb, Turner & Converse, 1970). Sendo que grupo de pertença é o grupo no qual o indivíduo se insere, e grupo de referência é o grupo ao qual o indivíduo gostaria de pertencer. Sabendo a que tipo de grupo o indivíduo se insere, saberemos como se comportará em relação a estereótipos, atitudes. Logo, poderemos delinear, de uma forma mais adequada, uma estratégia de intervenção.

No nosso entender, os indivíduos em situação prisional possuem um défice extremamente elevado em competências sociais, responsabilidade social, assim como, atitudes e crenças que não vão de encontro à vivência em sociedade como a entendemos. Daí a necessária intervenção/prevenção nestas áreas, ao nível da mudança de atitudes, crenças e estereótipos. Concomitantemente, torna-se imperativo a abordagem do locus de controlo e/ou controlo pessoal, nomeadamente a atribuição causal externa vs interna feita pelos reclusos instituídos.

Reflectindo um pouco sobre este tema e para que se perceba a importância de que se reveste este assunto, Rotter (1966) escreve a cerca do locus de controlo, definindo-o a duas dimensões: “quando o reforço é percebido pelo sujeito como seguindo-se a alguma acção sua, mas não estando completamente dependente dessa acção então, na nossa cultura é típica-

mente percebido como resultado da sorte, do acaso, destino ou sob o controlo dos outros (...) Quando o acontecimento é interpretado deste modo pelo indivíduo, designamos isto uma crença no controlo externo. Se a pessoa percebe que o acontecimento depende do seu próprio comportamento ou das suas características relativamente permanentes, apelidamos isto uma crença no controlo interno”. Em síntese, o controlo externo-interno refere-se ao grau segundo o qual o indivíduo crê que o que lhe acontece resulta do eu próprio comportamento ou é resultado da sorte/destino/forças maiores. Numa aplicação prática à realidade prisional, o justificação para o comportamento, que o levou à prisão, muitas vezes é atribuída à sociedade, ao modus vivendi, ao meio social envolvente e às práticas aprendidas na interacção com os pares e família. Torna-se então relevante o trabalho ao nível do locus de controlo para potenciar a mudança atitudinal e por conseguinte, prevenir a reincidência criminal. Isto porque o locus de controlo, sendo uma variável sociocognitiva da personalidade, com características relativamente permanentes, pode ter um valor preditivo do comportamento.

**Adaptação dos  
imigrantes à  
realidade prisional  
portuguesa**

**Tabela 2** Reclusos por sexo, grupos etários, por continente/  
país de nacionalidade

País	Homens						Mulheres						Total
	Grupos etários						Grupos etários						
Continente	16-18	19-24	25-39	40-59	60 e +	Total	16-18	19-24	25-39	40-59	60 e +	Total	
Portugueses	98	1555	5460	2687	368	10168	2	59	347	273	28	709	10877
Estrangeiros	26	287	1245	453	34	2045	5	43	123	56	3	230	2275
<b>Africa</b>	<b>18</b>	<b>174</b>	<b>741</b>	<b>215</b>	<b>9</b>	<b>1157</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>44</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>80</b>	<b>1237</b>
Angola	6	91	168	23	1	229	0	3	5	0	0	8	237
Cabo Verde	7	91	447	145	5	695	0	7	32	21	0	60	755
Guiné Bissau	4	29	54	22	0	109	0	0	2	0	0	2	111
Moçambique	0	4	11	5	0	20	0	0	0	0	1	1	21
S. Tomé e Pr.	1	9	25	5	0	40	0	0	0	1	0	1	41
Outros	0	10	36	15	3	64	0	0	5	3	0	8	72
<b>América Lat.</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>154</b>	<b>87</b>	<b>12</b>	<b>294</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>50</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>84</b>	<b>378</b>
Argentina	0	0	3	6	4	13	0	0	2	1	0	3	16
Brasil	1	27	84	33	4	149	0	6	19	9	0	34	183
Chile	0	0	1	1	0	2	0	0	0	1	0	1	3
Colômbia	0	0	9	12	3	24	0	0	3	2	0	5	29
Venezuela	0	6	41	22	0	69	1	8	22	2	0	33	102
Outros	0	7	16	13	1	37	0	0	4	4	0	8	45

Europa	7	70	322	133	3	545	4	19	27	11	2	63	608
Alemanha	0	1	6	5	2	14	0	0	0	0	0	0	14
Bulgária	0	1	6	2	0	9	0	0	2	0	0	2	11
Espanha	0	11	40	49	5	105	0	8	4	6	1	19	124
Estónia	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
França	2	2	18	3	2	27	0	0	3	0	1	4	31
Grã Bre.	0	0	2	3	1	6	0	0	2	0	0	2	8
Holanda	0	1	14	11	1	27	0	0	1	0	0	1	28
Itália	0	1	12	19	2	34	0	1	1	1	0	3	37
Letónia	0	0	2	0	0	2	0	0	1	1	0	2	4
Lituânia	1	6	5	1	0	13	0	0	0	0	0	0	13
Moldávia	0	5	57	8	0	70	0	0	0	1	0	1	71
Roménia	4	21	35	5	0	65	0	1	0	0	0	1	66
Rússia	0	2	19	6	0	27	1	5	8	1	0	15	42
Ucrânia	0	14	68	16	0	98	0	0	0	0	0	0	98
Outros	0	5	35	5	0	45	3	4	4	1	0	12	57
Outros Países	0	3	3	18	0	49	0	0	2	1	0	3	52

De acordo com o Relatório de Actividades de 2004, “os estrangeiros representam 17,3% dos reclusos presentes, eram essencialmente originários de África (54,4%), em particular dos PALOP, e da Europa (26,7%). Neste particular, tem-se vindo a observar desde 1999 uma troca de peso relativo a estes dois continentes, ilustrada nos 64% e 17,2% que a África e a Europa representavam respectivamente, naquele ano. A consolidação do peso do Continente Europeu tem-se vindo a fazer à custa dos originários de países do Leste, sobretudo da Ucrânia que é hoje uma das nacionalidades mais representadas entre o estrangeiro.” Observando a totalidade da população reclusa, encontram-se 2275 reclusos de nacionalidade estrangeira. Trata-se de um número que consagra um aumento, tanto em termos absolutos como relativos, pois em 2003 são descritos pelo Provedor de Justiça 1726 reclusos não nacionais.

Actualmente, a diversidade cultural existente nas prisões portuguesas leva-nos a ponderar a importância da inclusão dos reclusos estrangeiros na realidade das nossas prisões. De facto, a adaptação à prisão assume contornos diferentes de indivíduo para indivíduo, principalmente quando oriundos de outras culturas. Neste sentido, o Provedor de Justiça recomenda que “nos EPs com população estrangeira e especialmente direccionada às nacionalidades com mais reclusos e mais carenciados, seja desenvolvida uma actividade de contacto e promoção do envolvimento das entidades consulares no acompanhamento do recluso (...)”. Fica então subentendido que a forma como é vivenciada a adaptação à prisão poderá ser ou não facilitadora de uma retoma de liberdade bem sucedida.

### **Prevenção da discriminação negativa face a não-nacionais**

- Racismo
- Xenofobia
- Antisemitismo
- Discriminação

Ao atrás exposto, acrescenta-se todo um conjunto de violações de direitos humanos de que são vítimas os imigrantes, sendo simultaneamente alvo de discriminação social e económica, de discriminação cultural e identitária. Esta discriminação estereotipada não ocorre só em contexto prisional. Assiste-se a um crescente conjunto de crenças irracionais e infundamentadas acerca da mão-de-obra estrangeira a Portugal. Contudo, o nosso propósito servirá apenas o meio prisional, enquanto espaço-piloto de adaptação de imigrantes à realidade portuguesa. Esta adaptação, passaria pelo ensino da língua portuguesa, e pela execução de actividades levadas a cabo por reclusos de diferentes culturas. Com estas actividades pretende-se fomentar a coesão social e grupal dos reclusos, assim como a aprendizagem intercultural. Estas actividades serviriam de mote para uma inclusão mais digna e uma adaptação mais justa, para um fim justificado – prevenir a reincidência.

“A população reclusa de origem estrangeira coloca, em geral, problemas bastante específicos que carecem de pronta e adequada resposta da administração, sob pena da introdução de desigualdades de tratamento, da não correcção oportuna de desigualdades de base existentes.”

Provedor da Justiça, 2003

Face a esta constatação, será de todo impossível dar uma “pronta resposta”, uma vez que se trata de um problema de mudança de atitudes face à população reclusa de origem estrangeira. As desigualdades de tratamento e as desigualdades de base existentes, são apenas o produto, a ponta do iceberg de uma construção identitária colectiva formada ao longo de séculos. Contudo, apesar de o processo de desconstrução da discriminação, racismo e xenofobia não ser um processo célere, é, no entanto, possível e passível de realização. Uma vez que as atitudes estão na base das crenças individuais e

colectivas, torna-se imperativo e fundamental o trabalho ao nível da mudança atitudinal. Só através da mudança do sistema de crenças do indivíduo se poderá alterar o seu padrão de comportamentos. Neste sentido, o nosso objectivo será estão um trabalho de base actuando ao nível da mudança atitudinal, incidindo assim, directamente na problemática subjacente à discriminação, racismo e xenofobia.

Posto isto, as nossas propostas imediatas de intervenção no âmbito da prevenção são:

- Ensino da língua portuguesa a imigrantes
  
- Criação de eventos específicos relacionados com as nacionalidades existentes na EPs de Coimbra e Aveiro:
  - Mostra de Artesanato,
  - Mostra gastronómica,
  - Mostra musical,
  - Mostra Cultural.

**Treino de  
competências  
pessoais e  
sociais**

«Pode ser mais importante munir alguém que precisa de voltar à vida em sociedade de competências que lhe permitam cumprir um horário, se apresentar para uma entrevista de emprego, ser assertivo e ter um estilo de comunicação adequado à situação do que o ensinar a abrir o Word ou a plantar uma árvore. É que no que toca às competências técnicas muitas vezes já existem e estão até muito desenvolvidas. O que lhes falta a quem precisa de se inserir na sociedade são as competências pessoais e sociais que só se aprendem na relação. Mas como estes indivíduos na sua maioria são oriundos de meios sociais desfavorecidos, onde as

relações eram pseudo-relações, onde os afectos estavam invertidos e onde havia uma disfuncionalidade emocional, eles não aprenderam essas coisas que ditam as regras do ajustamento e por isso têm alguma dificuldade em se inserirem.»

Coutinho, A., 2003

Iniciado este módulo na primeira fase do projecto “Prisões Humanas”, a sua utilidade prática no trabalho com os reclusos, revestiu-se de grande importância, de tal forma que achou-se oportuno dar continuidade a este módulo.

Com base no relatório do Provedor de Justiça a equipa tomou consciência da necessidade de dotar o sector feminino no quadro prisional português, nomeadamente dos EP's abrangidos de know-how, materiais de suporte e informação relativos à reintegração profissional e à dinâmica das entidades de apoio à reinserção. Entendendo que a dinâmica funcional dos estabelecimentos abrangidos, no que respeita à ocupação profissional e educacional dos sectores femininos tem sido fortemente negligenciada, colocando

este grupo mais vulnerável à já difícil reintegração profissional da mulher ex-reclusa, legitimamente acharam pertinente trabalhar esta temática, promovendo-se, conseqüentemente a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.

Foram (re) educadas as competências pessoais e sociais dos reclusos e das reclusas permitindo dotá-los|as de self-empowerment no sentido da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, bem como perante grupos mais favorecidos. As competências trabalhadas foram as seguintes: Pontualidade, Criação de hábitos/horários, Assiduidade, Comunicação, Trabalho de equipa, Gestão de conflitos, Relacionamento interpessoal, Assertividade, Expressão de emoções, Higiene, entre outras. Nesta segunda fase do projecto pretende-se continuar o trabalho de competências sociais, expandindo-o a toda a comunidade prisional: guardas prisionais, chefes de serviço, agentes de saúde, pessoal auxiliar.

Pretendemos alargar o nosso campo de intervenção psicológica, a outras dimensões psicológicas tais como auto-estima, auto-conceito, auto-imagem, passando também pelas competências emocionais, comunicacionais e realização pessoal. Uma vez que acreditamos que só com o trabalho articulado entre todas estas instâncias é possível formar pessoas assertivas e positivas.

“O que caracteriza no essencial as personalidades anti-sociais é o seu crónico desrespeito pelas normas e o uso da agressividade como estratégia preferencial na resolução de problemas do dia-a-dia.” (Gonçalves, R., 2003, in Machado, C. e Gonçalves, R., 2003, p. 243).

A compreensão de certas características da personalidade são elementos chave para a modificação do comportamento e por conseguinte, torna-se mais fácil labutar com a problemática da agressividade. Sendo a agressividade um *modus operandi* aprendido ao longo da história de vida de cada um dos reclusos, o culto da não-agressividade é tarefa hercúlia para todo e qualquer profissional. Contudo, fazendo uso de uma visão sistémica, que nega todo e qualquer desígnio linear, procura-se justificar o uso da não-violência, através das vantagens da violência. Passa-se a explicar: A agressividade é entendida pelas personalidades anti-sociais como um meio para atingir um fim. Esse meio terá naturalmente vantagens. Enumera-se as vantagens. Posteriormente comparam-se essas mesmas vantagens, com as vantagens dadas pelo comportamento assertivo (onde é também feito, previamente, um rol de vantagens). Em conjunto os técnicos levam o grupo a reflectir sobre as vantagens dos dois tipos de comportamento: comportamento assertivo (culto da não-violência) e comportamento agressivo. Esta é uma técnica inovadora pois

utiliza o grupo como motor de reflexão, sendo ele próprio a conduzir a sessão, em vez do tradicional papel do técnico que ensina “o bem e o mal”. Geralmente o grupo de reclusos tem elevados déficits de atenção, pelo que será necessário, entregar-lhes parte da condução das sessões para que possam estar o máximo de tempo motivados e atentos e simultaneamente adquirir nas sessões um comportamento activo. Apenas a motivação e a percepção da vantagem para o indivíduo, são os factores fulcrais para a mudança efectiva.

## **Conclusão**

### **– Prisões**

#### **HUMANAS II**

A educação pode ser a “bóia salva-vidas” para um naufrago. Estudos recentes, realizados no estado da Califórnia, têm demonstrado que a inserção em actividades educativas diminui a percentagem de reincidentes. O Federal Bureau of Prisons concluiu que quanto mais activamente os presos participam com sucesso em programas de educação nas prisões, menos provável é a sua reincidência.

É importante compreender que as oportunidades dadas a esta população específica também contribuem para o desenvolvimento do país, nomeadamente através da melhoria das condições de vida dos reclusos (quando posteriormente em liberdade) e das suas famílias e para a diminuição do número de residentes nas prisões; actualmente tão elevado, o que torna relevante para todos os cidadãos em geral que seja garantida educação de qualidade em meio prisional. Através da “educação orientada para o desenvolvimento de valores, atitudes, capacidades e competências que favoreçam a aprendizagem, a adaptabilidade e a relação” [que dotem] “cada pessoa com os instrumentos básicos necessários ao desenvolvimento do seu ser em relação com os outros”, os reclusos podem desenvolver atitudes positivas perante a sociedade em que estão inseridos, motivar-se relativamente aos “conhecimentos escolares” e encontrar o seu lugar na sociedade (Desp.Norm. n.º 189/93, de 7

de Agosto). Embora as vantagens dos programas educativos no contexto prisional estejam comprovadas, o projecto educativo nas prisões tem-se revelado problemático. A tarefa de instruir os reclusos é complexa; em parte devido aos baixos níveis de escolaridade e motivação da população reclusa, em parte devido à falta de condições materiais e de docentes habilitados para a leccionação em meio prisional. O que transforma, em grande medida, a tarefa do educador, pois torna-se necessário adoptar concepções mais dinâmicas e imaginativas que promovam a motivação (diminuindo a percentagem de desistências) e que conduzam os reclusos a ser os agentes do próprio processo educativo, procurando, em simultâneo, colmatar as limitações materiais. Só a partir do interesse e da iniciativa dos potenciais interessados será possível melhorar as condições e a qualidade dos serviços educativos prestados.

Em suma, é crucial o aprofundamento da visão interdisciplinar e interinstitucional de modo a aumentar a interacção do sistema prisional e do sistema de formação, para uma efectiva concretização do direito à educação enquanto dimensão fundamental da liberdade e da cidadania.

## Anexos

### – Proposta de Actividades

Módulos	Actividades
1. Comportamento Pró – social	Exercício: “Bingo”
2. Responsabilidade Social	Exercício: “Regresso a casa”
3. Mudança atitudinal	Exercício: “Culto da não–agressividade”
a. Estereótipos	Exercício: “personagens trocadas”
b. Preconceito	Exercício: “Crescimento pessoal”
c. Atitudes	
d. Crenças/mitos	
4. Altruísmo	Exercício: “Se eu fosse...” Exercício: “Qualidades do carácter” Exercício: “Os laços” Exercício: “Procurar ajuda vs. Ajudar”
5. Adaptação dos imigrantes à realidade prisional portuguesa	Jogos populares tradicionais
6. Prevenção da discriminação negativa relativa à xenofobia, racismo, anti-semitismo	Mostra Gastronómica, musical, cultural; Elaboração de uma peça de Teatro (título a desenvolver)
7. Treino de competências	Exercício: “Não ouvir”;
a. Emocionais	Exercício: “O Ditado desenhado”;
b. Comunicacionais	Exercício: “ Jogo do diz que disse”;
c. Assertividade	Exercício: “Janela de Johari”;
d. Auto – conceito	Exercício: “O quadrado”;
e. Auto – eficácia	Exercício: “elaboração de um
f. Auto – estima	sociograma”;
g. Auto – confiança	
h. Independência/Autonomia	
i. Realização pessoal	
j. Resolução de conflito	

## Exercício 1

### “Não ouvir”

#### Objectivos:

- Observar as dificuldades na comunicação;
- Observar as atitudes que sentimos falta quando queremos ser ouvidos e tal não acontece;
- Reflectir sobre a atitude que temos quando falamos e sobre as atitudes que precisamos para nos sentirmos ouvidos,

#### Procedimento:

Divide-se o grupo em dois subgrupos, aos quais o técnico dará uma série de indicações que os grupos devem desempenhar. O Grupo 1 desempenhará o papel de não ouvir. Tentará mudar de tema, sem escutar o companheiro e inclusivamente sem acompanhar a conversa. O grupo 2 tentará contar o seu problema “pessoal”, sem saber as reacções dos seus próprios companheiros.

Depois de esclarecidos acerca do papel a desempenhar, formam-se grupo de pares. Cada par é constituído por um membro do grupo 1 e outro do grupo 2. Tentarão actuar segundo o papel que lhe fora atribuído.

**Observações:**

Depois do exercício concluído (cerca de 10-15 minutos), estabelece-se um tempo para reflectir sobre os sentimentos dos dois grupos: tanto os que contavam o problema, como os que não escutavam.

## Exercício 2

### “O Ditado desenhado”

**Objectivos:**

- Observar a diferença entre a comunicação unidireccional e a bidireccional.

**Material:**

- Lápis e papel

**Procedimento:**

O técnico começa por dizer que os participantes devem tentar desenhar o ditado que ele próprio o ditará, no entanto não dará hipóteses para que eles façam perguntas. Depois de realizada esta tarefa, volta-se a repetir o ditado, mas desta vez dando aos participantes a possibilidade de fazer perguntas e de estas serem respondidas pelo coordenador.

**Observações:**

Observar-se-á que ainda que o ditado tenha sido o mesmo tanto no primeiro exercício, como no segundo, os desenhos saem normalmente bastante diferentes. Isto deve-se a que no primeiro desenho, a comunicação é unidireccional, pois não se pode perguntar nem responder. O segundo desenho, como acontece uma comunicação bidireccional, onde se podem fazer perguntas e obter uma repostas, sai muito melhor.

## Exercício 3

### “Jogo do diz que disse”

#### Objectivos:

- Observar como se altera a comunicação;
- Observar diferentes problemas que podem acontecer na comunicação.

#### Material:

- Lápis e papel

#### Procedimento:

Depois de formado o círculo, o técnico diz ao ouvido do participante sentado à sua direita, uma mensagem. Esta mensagem tem que chegar ao participante situado à esquerda do animador, isto é, ao último participante.

A mensagem transmitida de ouvido em ouvido e a última pessoa terá que a dizer em voz alta.

#### Observações:

Depois de dita a mensagem, que chegará notoriamente alterada. Discute-se as alterações que sofreu e porquê.

## Exercício 4

### “Palavras cruzadas”

#### Objectivos:

- Fomentar e facilitar a comunicação no grupo;
- Detectar situações, atitudes ou estados de ânimo;
- Ter uma ideia de como se encontra o grupo;
- Detectar estados de disponibilidade para actividades posteriores.

#### Procedimento:

O técnico propõe a primeira palavra. Posteriormente, cada elemento do grupo deverá formar outra palavra, a partir de uma letra das letras que compõem a palavra proposta pelo técnico (a). A palavra escolhida pelo grupo deve espelhar a sua opinião, estado espírito, motivação, etc.

#### Exemplo:



## Exercício 5

### “Prioridades”

#### Objectivos:

- Estabelecer normas em grupo;
- Dialogar e chegar a um consenso para estabelecer as normas e atitudes consideradas mais importantes

#### Procedimento:

Tentar ordenar a importância e prioridades dos itens dados. Primeiro, cada membro ordena os itens segundo o seu critério pessoal. Posteriormente, organiza-se a lista segundo os grupos, anteriormente formados, e por último, organiza-se a lista com o grupo inteiro, para conhecer as prioridades do grupo.

#### Observações:

Terminada a actividade, coloca-se uma reflexão comum sobre objectivos e procedimentos para conseguir alcançar os ditos objectivos.

**Anexo:****Lista de Prioridades**

Nestas sessões considero que o mais importante é:

- Que corra bem e que eu goste;
  - Aprender coisas novas;
  - Aprender o máximo de coisas tratadas pelos técnicos;
  - Sentir-me bem;
  - Não faltar;
  - Ajudar a passar o tempo;
  - Preencher esta hora com qualquer coisa;
  - Conhecer os técnicos;
  - Falar com os técnicos;
  - Aprender com os técnicos;
  - Fazer por mim próprio.
-

[www.humanaglobal.org](http://www.humanaglobal.org)

Faculdade de Psicologia e  
de Ciências da Educação  
Universidade de Coimbra



HUMANA  
GLOBAL